

**MESSAGE TO THE NATIONAL PARLIAMENT FROM THE PRESIDENT OF THE DEMOCRATIC  
REPUBLIC OF TIMOR-LESTE, TAUR MATAN RUAK ON THE PROMULGATION OF THE  
GENERAL STATE BUDGET FOR 2016**

(Decree of the National Parliament No 20 / III, the General State Budget for 2016)

Chairman of the Parliament, Dr. Vicente Guterres, EXCELLENCY,  
Mr. Prime Minister, Dr. Rui Maria de Araujo, EXCELLENCY,  
Mr. and Ms. Deputies, YOUR EXCELLENCIES,

I accompany the promulgation of the State Budget (OGE) for the year 2016 with this message addressed to Your Excellencies, the Members of Parliament, as well as His Excellency the Prime Minister, as the Government is responsible for budget execution. This message is the expression of the President's contribution to promote the development of our country, a fairer distribution of 'resources' and the improvement of living conditions of the population, which the state budget should promote.

Excellencies,

§ 1 I vetoed the Budget for 2016 on the understanding that all together we can better define the collective destiny of our community under construction. The resources we have at our disposal will always be scarce to deal with all the challenges of building our state, in particular, to meet the needs of our citizens.

§ 1.1 The most basic needs of our citizens are still unsatisfied, especially in the rural areas that I have visited throughout my mandate. For this reason, I warned in time of the need to establish priorities in the 2016 State Budget to invest in Education, Health, Agriculture and Water and Sanitation facilities. From my contact with the populations, I am more and more convinced that investment in Timorese people always guarantees return rather than investing in infrastructure whose fate is still unclear.

§ 1.2 Ensuring this investment in people is also necessary to ensure the sustainability of our development. So I'm reminded of the need to increase investment in the development of the non-oil economy, especially in rural areas, in agriculture. Similarly, it is necessary to ensure the sustainable use of the resources of the Petroleum Fund. Interests ponder the fate of a state budget that uses doubles the Petroleum Fund receipts above the Estimated Sustainable Income. This effect is exacerbated by the overvaluation of revenues from the oil sector, basing the construction of the State Budget on amounts that are not reflected by international markets.

§ 1.3 The same concerns raised by me are also reflected in the various reports including those of which Your Excellencies are aware. For example, the report of the Public Finance Committee of Parliament, approved at a meeting on 26 November 2015, which recommends that the government "...allocate resources to priorities set out in its program and actively seek to invest more in human capital, rebalancing for this, the investment in "people" and in infrastructure." (p.48).

§ 1.4 In the same report Committee C is concerned with the reduction of expenditure on goods for health to recommend to the VI Constitutional Government "What ensures a strong increase in resources allocated to the Department of Decentralized Procurement of the Ministry of

Health, to ensure the performance and adequacy of procedures for procurement of essential materials and services to the National Health System in a timely manner during the budget execution cycles. The Committee notes with concern the substantial reduction in the budget for Health (-24.9%).” (P. 53).

§ 1.5 In the Resolution of the Second Plenary Session of the Youth Parliament, from 2013 to 2015, it was recommended to the National Parliament to increase the budget to provide for the education sector, to address key issues such as the improvement of schools, lack of classrooms, toilets and, as it must be, in the training of teachers (*Rezolušaun Parlamentu Foinsa’e (PFN) Period 2013-2015*).

§ 1.6 With the veto the State Budget for 2016, I exercised my constitutional powers in the public interest. I welcome the calm reaction of all the organs of sovereignty and, in particular, raising the discussion of the basis for my veto in the National Parliament.

Excellencies,

§ 2 now promulgate the State Budget for 2016 that the National Parliament chose to confirm, pursuant to art. 88, paragraph 2 of the Constitution.

§ 2.1 I keep intact my convictions as remain intact the presidential powers to monitor the performance of other sovereign bodies, which will be exercised in the implementation of the State Budget now promulgated.

§ 2.2 I alerted, in the grounds of my veto the State Budget for 2016, to the need for the new “Infrastructure Fund”, established under Art. 11 of the State Budget for 2016, to comply with the disclosure requirements, control and accountability of autonomous funds, provided for in art. 32 of Law No. 13/2009 of 21 October (the Budget and Financial Management Law). I hope that will be met by the Government Decree-Law that may regulate the new “Infrastructure Fund”, as happened in the regulation of the now-extinct “Infrastructure Fund”.

§ 2.3 Accompany the implementation of the state budget according to priorities set in a timely manner, in particular by controlling the quality of executing public expenditure in projects which involve the most resources. To ensure the proper implementation of the budget, we all must also protect the independent control of the competent state bodies, particularly the courts, the first guarantee of the construction of our State under rule of law enshrined in the opening of the Constitution, in Article 1.

Excellencies,

§ 3 All together we are few to meet the challenges which we face. I have directed the exercise of my constitutional powers for the best interests of our nation and of our compatriots. So I continue to do, participating in building a strong country which is fair to all.

Nicolau Lobato Presidential Palace, January 14, 2016

The President of the Republic,

/s/

Taur Matan Ruak

# **MENSAGEM AO PARLAMENTO NACIONAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, TAUR MATAN RUAK NA PROMULGAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2016**

(Decreto do Parlamento Nacional n.º 20/III, Orçamento Geral do Estado para 2016)

Sr. Presidente do Parlamento Nacional, Dr. Vicente Guterres, EXCELÊNCIA,

Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo, EXCELÊNCIA,

Sras. e Srs. Deputados, EXCELÊNCIAS,

Faço acompanhar a promulgação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2016 da presente mensagem dirigida a Suas Excelências, as Sr.as e os Sr.s Deputados, como a Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, a cujo Governo compete a execução orçamental. Esta mensagem é expressão do contributo do Presidente da República para promover o desenvolvimento do nosso País, a mais justa repartição dos 'recursos' e a melhoria das condições de vida das populações, que o OGE deve promover.

EXCELÊNCIAS,

§ 1 Vetei o OGE para 2016 por entender que todos em conjunto podemos melhor definir o destino colectivo da nossa comunidade em construção. Os recursos que temos ao nosso dispor serão sempre escassos para fazer face a todos os desafios da construção do nosso Estado, em especial, para satisfazer as necessidades dos nossos cidadãos.

§ 1.1 As necessidades mais básicas dos nossos cidadãos estão ainda por satisfazer, em especial, nas zonas rurais, que tenho visitado ao longo do meu mandato. Por essa razão, alertei atempadamente para a necessidade de estabelecer como prioridade do OGE para 2016 o investimento na Educação, Saúde, Agricultura e instalações de Água e Saneamento. Do contacto com as populações, cada vez mais me convenço que o investimento nos Timorenses tem sempre retorno garantido ao invés do investimento em infra-estruturas cujo destino é ainda incerto.

§ 1.2 Para garantir este investimento nas pessoas é necessário assegurar também a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Por isso, tenho alertado para a necessidade de reforçar o investimento no desenvolvimento da economia não petrolífera, em especial, nas zonas rurais, na agricultura. Da mesma forma, há que garantir o uso sustentável dos recursos do Fundo Petrolífero. Interessa ponderar o destino de um OGE que duplica o uso de receitas do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado. Este efeito é agravado pela sobrevalorização das próprias receitas fiscais do sector petrolífero, alicerçando a construção do OGE em valores que não têm reflexo nos mercados internacionais.

§ 1.3 As mesmas preocupações levantadas por mim estão também refletidas nos vários relatórios das quais Suas Excelências têm conhecimento. Por exemplo, no relatório da Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional, aprovado em reunião de 26 de novembro de 2015, onde recomenda ao Governo "... a afetação de recursos às prioridades enunciadas no seu Programa e que procure investir mais ativamente no capital humano, rebalanceando para isso o investimento em "pessoas" e em infraestruturas". (p.48).

§ 1.4 No mesmo relatório a Comissão C manifesta a sua preocupação com a redução da despesa em bens de saúde ao recomendar ao VI Governo Constitucional "Que assegure um reforço forte dos recursos alocados ao Departamento de Aprovisionamento Descentralizado do Ministério da Saúde,

de forma a assegurar a realização e adequação dos procedimentos de aquisição de materiais e serviços essenciais ao Sistema Nacional de Saúde de forma atempada durante os ciclos de execução orçamental. A Comissão verifica com preocupação a redução substancial do orçamento para a Saúde (-24,9%)". (p. 53).

§ 1.5 Na Resolução da Segunda Sessão Plenária do Parlamento da Juventude, no período de 2013 a 2015, foi recomendado ao Parlamento Nacional aumentar o orçamento a disponibilizar para o sector da Educação, para resolver problemas essenciais, tais como o saneamento das escolas, falta de salas de aulas, instalações sanitárias e, como não poderia deixar de ser, na capacitação dos professores (*Rezulusaun Parlamentu Foinsa'e (PFN) Periodo 2013-2015*).

§ 1.6 Con o veto ao OGE para 2016, exerci as minhas competências constitucionais na defesa do interesse público. Congratulo-me com a reacção serena de todos os órgãos de soberania e, em especial, com a elevação da discussão dos fundamentos do meu veto no Parlamento Nacional.

EXCELÊNCIAS,

§ 2 Promulgo agora o OGE para 2016 que o Parlamento Nacional escolheu confirmar, nos termos do art. 88.º, n.º 2 da Constituição.

§ 2.1 Mantenho intactas as minhas convicções, como intactos se mantêm os poderes presidenciais de controlo da actuação dos demais órgãos de soberania e que serão exercidos na implementação do OGE agora promulgado.

§ 2.2 Alertei, na fundamentação do meu veto ao OGE para 2016, para a necessidade de o novo "Fundo de Infraestruturas", criado nos termos do art. 11.º do OGE para 2016, cumprir as obrigações de publicidade, controlo e responsabilização dos fundos autónomos, previstas no art. 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro (Lei do Orçamento e da Gestão Financeira). Espero que assim seja cumprido pelo Decreto-Lei do Governo que vier a regulamentar o novo "Fundo das Infraestruturas", como aconteceu na regulamentação do "Fundo das Infra-estruturas" agora extinto.

§ 2.3 Acompanharei a implementação do OGE segundo as prioridades que atempadamente defini, em particular, controlando a qualidade da realização de despesa pública nos projectos que envolvem maiores recursos. Para assegurar a boa execução do orçamento, todos temos também de proteger o controlo independente dos competentes órgãos do Estado, em especial, dos Tribunais, a primeira garantia da construção do nosso Estado de Direito consagrado logo na abertura da Constituição, no seu artigo 1.º.

EXCELÊNCIAS,

§ 3 Todos juntos somos poucos para fazer face aos desafios com que nos confrontamos. Tenho orientado o exercício dos meus poderes constitucionais pelo superior interesse da nossa Nação e dos nossos compatriotas. Assim continuarei a fazer, participando na edificação de um país forte e justo para todos.

Palácio Presidencial Nicolau Lobato, 14 de Janeiro de 2016

O Presidente da República,

/s/

TAUR MATAN RUAK